



Escola Tecnológica e
Profissional da Zona do Pinhal
Pedrógão Grande



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

N.º 01/2019

Fornecimento de Energia Elétrica

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande





Índice

Cláusula 1ª – <i>Objeto</i>	3
Cláusula 2ª- <i>Contrato</i>	3
Cláusula 3ª- <i>Prazo de vigência do contrato</i>	3
Cláusula 4ª- <i>Preço base</i>	3
Cláusula 5ª – <i>Critérios de Adjudicação</i>	3
Cláusula 6ª – <i>Obrigações principais do adjudicatário</i>	4
Cláusula 7ª - <i>Dever de sigilo</i>	5
Cláusula 8ª – <i>Preço Contratual</i>	5
Cláusula 9ª – <i>Condições de pagamento</i>	5
Cláusula 10ª – <i>Penalidades contratuais</i>	6
Cláusula 11ª – <i>Força maior</i>	6
Cláusula 12ª - <i>Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante</i>	7
Cláusula 13ª - <i>Resolução do contrato por parte do Prestador de Serviços</i>	7
Cláusula 14ª - <i>Foro competente</i>	7
Cláusula 15ª - <i>Comunicações e notificações</i>	7
Cláusula 16ª – <i>Contagem dos prazos</i>	7
Cláusula 17ª - <i>Legislação aplicável</i>	7
Anexo I – <i>Estimativa de Consumos</i>	8

Cláusula 1ª – *Objeto*

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por **Consulta Prévia** que tem por objeto principal a **aquisição de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica**, para os edifícios da Petroensino (CPE: PT0002000078852934LJ), abastecidos em Baixa Tensão.

Cláusula 2ª- *Contrato*

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª- *Prazo de vigência do contrato*

O contrato sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, entra em vigor no dia 01/04/2019 e considera-se tacitamente renovado por períodos subsequentes de um ano, se nenhuma das partes o denunciar (com uma antecedência mínima de 60 dias úteis, por carta registada com aviso de receção) até ao **limite máximo de três anos**, incluindo quaisquer prorrogações.

Cláusula 4ª- *Preço base*

- 1 – O valor máximo para efeito de procedimento é de **65.000,00€** (Sessenta e cinco mil euros), que limita o preço contratual (não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado se este for legalmente devido).

Cláusula 5ª – *CrITÉrios de Adjudicação*

- 1 – A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa.
- 2 – Para efeitos do número anterior, a proposta mais vantajosa será a que apresentar menor pontuação final de acordo com o disposto no n.º 5 e seguintes do presente artigo.
- 3 – Os concorrentes devem apresentar preços unitários para a venda de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental [PEA – Preço de energia ativa (€/kWh)] preenchendo o Anexo II, do presente Convite.

4 – Para efeitos do disposto do número anterior e para a pontuação final da proposta não serão consideradas as tarifas de acesso às redes (TAR), IVA, taxa de exploração DGEG, Contribuição Audiovisual (CAV), imposto elétrico e outros impostos, taxas ou encargos.

5 – A pontuação das propostas será calculada através da seguinte fórmula:

Preço da Energia Ativa Cheia	55%
Preço da Energia Ativa Ponta	22%
Preço da Energia Ativa Vazio Normal	15%
Preço da Energia Ativa Super Vazio	8%

$$\begin{aligned} & [\text{Preço da Energia Ativa Cheia} \times 55\% \times 100] + \\ & [\text{Preço da Energia Ativa Ponta} \times 22\% \times 100] + \\ & [\text{Preço da Energia Ativa Vazio Normal} \times 15\% \times 100] + \\ & [\text{Preço da Energia Ativa Super Vazio} \times 8\% \times 100] \end{aligned}$$

6 – Caso se verifique um empate entre as propostas entregues o desempate será efetuado da seguinte forma:

6.1– Prevalece a proposta com preço mais baixo na componente Preço da Energia Ativa Cheia;

6.2– Caso se verifique empate entre as propostas após a aplicação do critério de desempate previsto na alínea anterior, prevalece aquela que tiver dado entrada mais cedo.

7 – Os valores do preço apresentados na proposta têm de ser obrigatoriamente em euros (€), com quatro casas decimais, e não incluem IVA.

8 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalece os valores apresentados por extenso.

Cláusula 6ª - **Obrigações principais do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente documento ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- Obrigações de prestar os serviços nos termos, condições e prazos acordados;
- A obrigação do fornecimento de energia elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- Obrigações de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica à Entidade Adjudicante;
- Obrigações de cumprir os requisitos e especificações técnicas previstas na legislação em vigor para o setor em questão.
- Obrigações de guardar segredo profissional relativamente aos factos de que tenha conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser do domínio público;

2 – A título acessório o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem

como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7ª - *Dever de sigilo*

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à PETROENSINO, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8ª – *Preço Contratual*

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante é responsável por ser pago ao adjudicatário o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes da proposta aos consumos efetuados.
- 2 – Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso.
- 3 – Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente:
 - a) Energia Reativa Consumida;
 - b) Energia Reativa Fornecida;
 - c) Outras Taxas Legalmente Obrigatórias.
- 4 – Os preços constantes da proposta não são revistos para valor superior durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 2 e 3, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil.

Cláusula 9ª – *Condições de pagamento*

- 1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela Petroensino serão pagas mensalmente, no prazo de 30 dias após a receção das faturas, as quais devem conter a discriminação da totalidade dos serviços objeto do contrato, nomeadamente dos consumos efetivamente verificados no mês anterior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande

Caderno de Encargos – Fornecimento de Energia Elétrica

2020



2 – Em caso de discordância por parte da PETROENSINO – Ensino e Formação Profissional, Lda. quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à regularização da situação.

3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou por outro método acordado.

Cláusula 10ª – Penalidades contratuais

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 11ª – Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12ª - Resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante

- 1 – A Petroensino pode, a todo o tempo, resolver o contrato mediante comunicação enviado por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que a resolução produz efeitos.
- 2 – O montante do prémio a devolver pelo prestador de serviços à Petroensino, na situação descrita no ponto precedente, será calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria até ao seu vencimento.

Cláusula 13ª - Resolução do contrato por parte do Prestador de Serviços

- 1 – O Prestador de Serviços só pode resolver o contrato na data do seu vencimento, por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao vencimento anual ou, fora daquele vencimento, com fundamento previsto na lei.

Cláusula 14ª - Foro competente

- 1 – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal **de Comarca de Figueiró dos Vinhos**, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15ª - Comunicações e notificações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16ª – Contagem dos prazos

- 1- Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 17ª - Legislação aplicável

- 1 – Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos será observado o disposto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 18/2008 com as devidas alterações legais em vigor) e demais legislação portuguesa aplicável.



Anexo I – Estimativa de Consumos

Mapa de Consumos Estimados a ter em consideração, como indicativos na apresentação das propostas.

Consumo estimado (12 meses)		
Energia Ativa		
Super Vazio (SV)		11.674
Vazio Normal (VN)		21.139
Ponta (P)		28.933
Cheia (C)		73.784
Redes		
Super Vazio (SV)		11.674
Vazio Normal (VN)		21.139
Ponta (P)		28.933
Cheia (C)		73.784
Potencia Contratada	77 x 365 dias	28.105
Potencia Horas de Ponta	18,06264/Média x 365 dias	6.592,86
Escalão 1 de En. React. Cons.FV		9.444,30
Escalão 2 de En. React. Cons.FV		2.824,10
Escalão 3 de En. React. Cons.FV		223,50
Reativa Fornecida no Vazio (Vz)		1.921
Obrigações Tributárias (exceto iva)		
Imposto sobre Cons. Eletricidade		
Contribuição Áudio-Visual		
Taxa Exploração DGEG		

